

Caroline Pacievitch
Frederico Duarte Bartz
Fernanda Feltes
Gustavo Koszeniewski Rolim
(Orgs.)



PERSPECTIVAS MARXISTAS

Educação,
Capitalismo e
Luta de Classes



PERSPECTIVAS MARXISTAS

EDUCAÇÃO, CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES

Organizadores

Caroline Pacievitch

Frederico Duarte Bartz

Fernanda Feltes

Gustavo Koszeniewski Rolim



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PACIEVITCH, Caroline; BARTZ, Frederico Duarte; FELTES, Fernanda; ROLIM, Gustavo Koszeniewski (Orgs.)

Perspectivas Marxistas: Educação, Capitalismo e Luta de Classes [recurso eletrônico] / Caroline Pacievitch; Frederico Duarte Bartz; Fernanda Feltes; Gustavo Koszeniewski Rolim (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

455 p.

ISBN: 978-65-5917-543-7

DOI: 10.22350/9786559175437

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Capitalismo; 2. Luta de Classes; 3. História; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

7

O PASSADO NEGADO: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NO PROCESSO FORMATIVO DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE

Frederico Duarte Bartz¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, por conta do avanço dos meios de comunicação, da globalização e de um capitalismo cada vez mais predatório, o debate sobre a questão da memória histórica (e dos lugares de memória) tem tomado cada vez mais destaque nas discussões historiográficas (NORA, 1993, p.7-28). Partindo deste contexto de debates sobre a história, a memória e o patrimônio, pretendo trazer nesse texto algumas questões relativas ao passado da classe trabalhadora e de suas organizações, assim como dos seus lugares de memória específicos (RIBERIOUX, 1992 e SCIFONI, 2013).

Trago algumas reflexões desenvolvidas ao longo dos últimos seis anos, período em que coordenei o percurso de memória chamado “Caminhos Operários em Porto Alegre”, que, a partir de 2019, transformou-se em um curso de extensão oferecido pela Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso tem como objetivo visitar locais identificados com o período formativo do movimento operário em Porto Alegre (1887-1937), o que coincide com o crescimento exponencial da cidade, com o desenvolvimento de sua

¹ Mestre e Doutor em História pela UFRGS e Técnico em Assuntos Educacionais na mesma universidade.

indústria e comércio, assim como da expansão da própria classe trabalhadora (BARTZ, 2019, p.63-67).

Sempre me chamou muita a atenção o fato de que diversos lugares significativos para a história da classe trabalhadora, como antigas sedes de sindicatos, partidos, sociedades culturais e beneficentes, terem sido apagadas da memória da cidade; a fim de divulgar a história do movimento operário, procurei levantar algumas hipóteses para explicar seu esquecimento, especialmente em relação a esse período que vai do final do Império até o Estado Novo.

Para desenvolver minhas hipóteses, parto de uma perspectiva que entende o período estudado a partir da lógica da expansão urbana e da formação de uma classe operária nos marcos da industrialização. É necessário fazer essa ressalva porque os processos de apagamento da memória estão intimamente imbricados com as mudanças decorrentes dos conflitos de classe que se desenvolvem no espaço da cidade. Como apontam Henri Lefebvre e David Harvey, os trabalhadores sofrem as consequências dessas mudanças em um quadro dominado pelos interesses das classes dominantes na reprodução do capital. (LEFEBVRE, 1968, p.130 e HARVEY, 2014, p.133). Dessa forma, tanto o esforço coletivo da classe trabalhadora na construção de suas instituições, como a desagregação dessa coletividade que leva ao esquecimento, estão inexoravelmente imbricados na lógica da luta de classes.

A CLASSE TRABALHADORA E SUA PRESENÇA NO ESPAÇO URBANO

Um primeiro elemento a ser considerado é a instabilidade da classe trabalhadora em relação à sua presença no espaço urbano, por conta de processos como a valorização de determinadas áreas ou mesmo de

remoções forçadas de comunidades mais pobres, fazendo com que muitos bairros tradicionalmente identificados como operários ou com alguma categoria específica mudassem ao longo dos anos, provocando o apagamento de determinadas tradições de lutas.

No caso de Porto Alegre, isso é bastante perceptível a partir da Primeira República. Com efeito, desde pelo menos a década de 1890, a Intendência Municipal promoveu medidas para expulsar os cortiços da região central da capital, iniciando um projeto de elitização dessa zona. Durante a década de 1920, nas administrações de Otávio Rocha e Alberto Bins (1924-1937) o plano se tornou mais agressivo com a implementação de diversos projetos de modernização urbana, como a construção da Avenida Borges de Medeiros ou o alargamento do antigo Beco do Rosário, o que resultou na saída de um número significativo de trabalhadores que viviam no local (SOUZA e MÜLLER, 1997, p.99-109).

Um exemplo de apoio a esse projeto pode ser encontrado em maio de 1930, no jornal *O Estado do Rio Grande*, que comentava a construção de um edifício de seis andares na Rua dos Andradas (principal via pública da capital), em um artigo intitulado sugestivamente de *As Construções Modernas*. No corpo do texto estava transcrito o pedido de isenção de impostos feito pelo proprietário do imóvel, Luiz Chiaradia, que justificava seu pleito pela necessidade da construção de moradias para aqueles que trabalhavam no centro da cidade, como bancários e funcionários públicos, mas também pelo fator de embelezamento da região.

É preciso que desapareçam do centro da cidade, as casas que até bem pouco tempo eram de beira de telhado e que ainda são pela sua falta de esthetica, pela sua idade quase secular, pela sua falta de conforto – verdadeiros casebres, diria “pardieiros”, cujo lamentável aspecto contrasta, de modo

surpreendente, com a formosura do calçamento e com os edifícios modernos já construídos. Não é esse o caso típico da Rua dos Andradas? A situação ainda será mais chocante quando se abrir a Avenida Borges de Medeiros: uma grande artéria, com edifícios-padrão -, correndo ao lado, ou nas proximidades, de casinhas térreas, miseráveis, que mal disfarçam a sua penúria física, com as reformas de pintura e rebocco. A Intendência não pode condemnar à demolição essas casas, nem deve desapropriá-las. O recurso, portanto, é de estimular as grandes construções vultuosas, elegantes, ornamentaes. Esse estímulo só pôde ser obtido por meio de favores do fisco (*O Estado do Rio Grande*, 15/5/1930, p.6).

O argumento aparente é o “embelezamento”, mas sua justificativa mobiliza toda uma lógica de invisibilizar a pobreza e atrair profissionais liberais ou trabalhadores de escritório, provocando uma gentrificação daquele espaço. Essa política teve vozes discordantes, como recorda a filha do Conselheiro Municipal Francisco Xavier da Costa (antigo líder socialista), que criticava as ações de despejo e remoção em conversas que tinha com o Intendente Alberto Bins (SCHMIDT, 2004, p.336-337), mas essas posições se perderam com a vitória da política de modernização.

O projeto modernizador permanece e se aprofunda depois dos anos 1930, principalmente nos territórios habitados pela população negra ao sul do Centro, em zonas banhadas pelo Arroio Dilúvio. A partir de 1939, inicia-se a retirada da população da Ilhota, importante núcleo da comunidade negra de Porto Alegre localizado entre a Cidade Baixa e o Menino Deus. O deslocamento se intensificou depois da enchente de 1941 e com o avanço das obras de canalização do Dilúvio, atingindo outras regiões como o Areal da Baroneza, que também era um território tradicional de população negra pelo menos desde a década de 1880.

Até o período da Ditadura Militar, a política urbanística da Prefeitura foi marcada pela remoção sistemática da população mais pobre que vivia próxima ao centro e que era removida para áreas cada vez mais periféricas, em um processo permeado de racismo que atingiu principalmente trabalhadoras e trabalhadores negros. Isto pode ser visto em projetos como o “Renascença”, que reestruturou parte da Cidade Baixa e do Menino Deus nos anos 1970. As ações de remoção e transferência dessas famílias mudou a composição social dos bairros onde se localizavam essas comunidades (VIEIRA, 2017, p.159-175).

Durante a década de 1930, também se iniciam uma série de mudanças na zona industrial ao norte da cidade, que abarcava o bairro Floresta e o Quarto Distrito. Um dos marcos dessas mudanças foi a abertura da Avenida Farrapos, construída no final da década de 1930, rasgando a zona fabril ao meio e provocando uma valorização súbita da área. Outro elemento desorganizador foi a repressão contra os imigrantes e suas associações durante o Governo Vargas (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, bielorrussos), já que essas entidades representavam um fator importante de agregação para os moradores daquela região (FORTES, 2004, p.119-175; GERTZ, 1991, p.63-77 e GARDOLINSKI, 1978, p.13-22).

Além disso, já existia desde o final dos anos 1930 uma proposta para remoção das fábricas e da população operária para a várzea do Rio Gravataí, mas que não foi colocada em prática. A mudança ocorreu efetivamente a partir dos anos 1950, quando os bairros passaram por um forte processo de desindustrialização que foi acompanhado por obras públicas que recortaram e desarticularam a vida urbana, mudando o seu caráter fabril. Fábricas e comunidades operárias acabaram

por se deslocar para as cidades do entorno de Porto Alegre (MATTAR, 2010, p.102-113 e p.305-330).

Dessa forma, pode-se dizer que ocorreu depois de 1930 um processo de mudança territorial da classe trabalhadora, o que ajudou a apagar a memória de certas tradições de luta vinculadas a regiões específicas, onde pululavam associações de classe. Em alguns bairros, como o Rio Branco (antiga Colônia Africana), é muito difícil encontrar algum edifício do começo do século XX, o que torna bastante complicado materializar a memória das pessoas que ali viviam e de suas lutas.

A INSTABILIDADE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A MEMÓRIA

O segundo elemento a ser considerado é a instabilidade do próprio movimento operário, cujas instituições, que poderiam ser responsáveis pela continuidade das experiências do passado a fim de consolidá-las, estavam sob constante ameaça de desestruturação e repressão. Também existiram problemas relacionados com a precariedade das associações: durante a Primeira República, eram raras as entidades de classe que possuíam sede própria, na maior parte das vezes se reunindo em locais improvisados como casas de militantes, tavernas e sociedades beneficentes (LONER, 2001, p.407-408).

Outros aspectos da instabilidade do movimento operário também contribuíam para dificultar a reprodução de uma memória coletiva. Existiam conflitos dos militantes com episódios passados do movimento operário, pois muitas vezes sua história era retomada como forma de mobilizar argumentos contra grupos adversários ou para criticar antigas experiências. É provável que essa lógica fosse um empecilho para a constituição (ou o reconhecimento) de uma história

comum por parte das diferentes entidades operárias, já que seu olhar para o passado era afetado por rivalidades políticas do tempo presente.

Em 1896, por exemplo, Francisco Xavier da Costa, tipógrafo e líder socialista, fez um apanhado histórico do início da organização do movimento operário em Porto Alegre, ainda no período monárquico, quando as organizações recém surgidas empenharam seu apoio a um Deputado Provincial do Partido Liberal (José Manoel da Silva Só) que não realizou nada no interesse da classe. Esse erro de escolha de apoiadores teria se repetido com o advento da República.

Mais tarde, após o advento da República, de novo alguns operários bem intencionados abalçaram-se à grandiosa obra de agremiação de seus companheiros de sorte. O entusiasmo que movimentou o primeiro tentamen proletário brilhou mais uma vez; fundaram clubs, escolas nocturnas, associações beneficentes da classe, chegaram mesmo a publicar um jornal organ da mesma. Porém, mais uma vez também, o esforço dos partidos representantes das outras classes fez-se sentir no seio dos trabalhadores (*Gazetinha*. Porto Alegre, 22/11/1896, p.2).

Assim como no episódio citado por Xavier da Costa, o esforço das organizações operárias foi canalizado para a eleição de um representante dos trabalhadores por um partido da elite (Johannes Steenhagen, eleito na chapa do PRR), que se não fez a triste figura do anterior, “não representou o bonito papel em que podia e devia salientar-se”. Nesse caso, o resgate da experiência histórica vinha acompanhado de uma crítica às escolhas do movimento em aliar-se aos partidos burgueses, reforçando os pressupostos socialdemocratas de autonomia e independência de classe.

Anos depois, em 1911, alguns militantes anarquistas como Polidoro Santos e Henrique Martins envolveram-se em uma longa discussão com

socialdemocratas a exemplo de Francisco Xavier da Costa, Ricardo Maciejewski e Antônio Heit pelas páginas do *Echo do Povo*, do *Correio do Povo* e de *O Diário*. Tudo se originou em acusações que Francisco Xavier da Costa teria lançado aos libertários, logo após esses obterem a hegemonia sobre a Federação Operária do Rio Grande do Sul. Polidoro Santos, uma das principais lideranças anarquistas, resgatou diversos episódios passados da história do movimento para cobrar a conduta pregressa de seu interlocutor pelas páginas de *O Diário*:

Desejava que o Sr. Costa explicasse por que motivo foi ele expulso da Liga Operária dessa capital? Porque motivo sendo ele proposto para sócio da União Operária Internacional em setembro de 1905 não foi aceito? – Por que motivo, durante a sua direção na Federação Operária nunca permitiu que esta possuísse livro de tesouraria? – Por que motivo, até hoje não apresentou balanço da greve dos 21 dias, apesar de já serem passado cinco anos? [...] Por que motivo não entrega os livros do Grêmio Dramático Xavier da Costa ao respectivo tesoureiro? (BILHÃO, 2009, p.87).

Devido ao texto publicado em setembro de 1911, uma intensa e agressiva troca de acusações desenrolou-se pelas páginas dos jornais, em que boa parte dos argumentos trazia algum tipo de balanço em torno da Greve Geral de 1906 e de seus desdobramentos. Entre as acusações estavam casos de malversação de recursos administrados pelas entidades e também casos de traição, pois afirmavam que Xavier da Costa havia denunciado militantes anarquistas à polícia. O debate se encerrou com uma acusação formal de Costa contra Henrique Martins, que foi condenado e teve de se retirar para o Rio de Janeiro.

Se os acertos de contas com o passado dificultavam a apropriação de uma história comum da classe trabalhadora pelos militantes, a ação repressiva do Estado e das forças policiais tornavam esse exercício

quase impossível. Ocorreram episódios em que sedes sindicais e de outras associações foram atacadas pelas forças repressivas, ocasionando a perda de materiais que serviam como arquivos para as entidades operárias. No ano de 1908, por exemplo, a sede da União dos Alfaiates, que também abrigava a Liga Anti-Militarista, foi invadida e depredada por estudantes da Escola Militar pelas críticas que a Liga fazia ao exército (MARÇAL, 1985, p.75-77). Outro exemplo disso ocorreu no ano de 1919, por ocasião do fechamento da Federação Operária do Rio Grande do Sul, durante a repressão à Greve Geral daquele ano. Quando os militantes voltaram à sede da Federação, encontraram móveis quebrados e seus materiais de arquivo perdidos ou bagunçados, dando a eles o sugestivo nome de “cinzas”.

Vários dias haviam decorrido para que suas excelências pudessem serenar os ânimos e nós um pouco mais tranquilos pudéssemos voltar à sede. Quando lá chegamos, demos falta do archivo, etc. Boletins e jornais novos e velhos, espalhados em desordem. E, como rendendo culto àquela desordem, reunimos e depositamos a papelada, que passamos a chama-la cinza... (O *Syndicalista*, 24/1/1920, p.2).

De uma forma paradoxal, essas “cinzas” chegaram até nós através do Processo-Crime n.1016, do Tribunal do Juri de Porto Alegre, em que boa parte desse material foi anexado, servindo hoje aos pesquisadores e pesquisadoras que desejam fazer justiça à essa memória que um dia as forças de repressão tentaram apagar.

Alguns anos mais tarde, em 1927, o alvo do ataque foi a Escola Moderna, centro de educação e de difusão da pedagogia libertária, que se localizava na Rua Esperança, na Colônia Africana. Conforme relato do filho de Francisco Grecco e Cantalice Silva Grecco, que atuavam como

professores naquele estabelecimento, a polícia invadiu o local, apreendeu livros da biblioteca, jornais e uma prensa tipográfica, para depois atear fogo nos materiais (RODRIGUES, 1994, p.140-141). Além de incinerar documentos que guardavam a memória dos militantes, as forças repressivas também foram responsáveis pela destruição de um espaço onde a experiência do movimento era passada para outra geração através da educação.

Mesmo com todas as dificuldades e limitações, são registrados alguns exemplos de esforços de perpetuação de uma memória comum pelas organizações operárias. Em janeiro de 1912, o militante anarquista Antônio Cariboni publicou três artigos nas páginas do jornal *O Diário*, de Porto Alegre, em que fazia um resgate da formação de três associações de classe: a União Operária Internacional, a União dos Pedreiros e a União Metalúrgica. Dois anos depois, a Federação Operária enviou um extenso relatório para subsidiar o 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, que começava com um esboço histórico da formação da FORGS durante a Greve de 1906 e a trajetória da entidade até aquele momento (PETERSEN, 2001, p.281-284 e 304-306).

Em ambos os casos, a elaboração da trajetória das organizações coincidia com a construção de uma narrativa em que os anarquistas eram mostrados como elementos mais dinâmicos, enquanto os socialistas se perdiam na esterilidade das lutas burguesas e partidárias. Se, por um lado, os escritos podem ser justificados como parte de um esforço de afirmação das posições libertárias no seio das organizações, isso não pode ser confundido com os exemplos que elenquei no início dessa seção. Não se tratava simplesmente de buscar erros do passado para atacar adversários, mas da construção de uma memória positiva da

classe trabalhadora, do registro de um passado que podia ser incorporado pelos militantes como referência.

Essas passagens foram casos esparsos de construção de uma memória operária. Outra iniciativa mais consistente disso foi do anarquista alemão Friedrich Kniestedt, que passou a publicar suas memórias no periódico antinazista *Aktion* a partir de 31 de março de 1934: “No número 21 do *Aktion*, prometi contar algumas lembranças da minha vida de vez em quando. Claro que não deveria ser meu trabalho contar aos nossos leitores a história de minha vida, mas apenas o que eu acredito que vale a pena, tentarei deixar registrado aqui”².

As recordações de Kniestedt foram registradas em uma seção do jornal chamada *Memórias (Erinnerungen)*, mas não se tratava de uma biografia somente de cunho pessoal, pois seu autor afirmava já no primeiro momento deixar registrado apenas o que considerava significativo (*von dem ich annehme dass es Wert besitzt*), depreendendo-se que isso se referia à história da classe trabalhadora. O militante publicou entre março de 1934 e outubro de 1937, setenta e quatro capítulos que saíram por três jornais diferentes: *Aktion*, *Alarm* e *Das Deutsche Buch*. Nos relatos a trajetória de vida de Kniestedt se entrelaçava com a história do movimento socialista, anarquista e sindicalista na Alemanha e no Brasil, com grande riqueza de informações. Mais de cinquenta anos depois, esses mesmos textos foram traduzidos e compilados pelo Professor René Gertz, que os publicou como “*Memórias de um Imigrante Anarquista*”, sendo ainda hoje uma das principais fontes para conhecer as lutas do movimento

² In der nummer 21 der *Aktion* versprach ich, von Zeit zu Zeit, einige Erinnerungen aus meinem Leben zu erzählen. Es soli natürlich nicht meine Aufgabe sein, unseren Lesern meine Lebensgeschichte vorzutragen, sondern nur das, von dem ich annehme dass es Wert besitzt, will ich versuchen, hier fest zu halten (*Aktion*, 31/3/1934, p.3).

operário em Porto Alegre, especialmente entre os imigrantes alemães, entre o final dos 1910 e a década de 1930.

O APAGAMENTO DELIBERADO DA MEMÓRIA COMO ELEMENTO INERENTE DA DOMINAÇÃO DE CLASSE

Além dos problemas inerentes às organizações classistas, o Estado tem um papel primordial de apagamento deliberado da memória operária, fazendo com que os conflitos entre capital e trabalho sejam ocultados a partir de uma memória histórica que é seletiva e excludente, restando o protagonismo dos membros das elites política e econômica. Como já abordei na última seção alguns exemplos de apagamento da memória através da repressão aberta, vou tratar aqui de casos de afirmação da dominação oligárquica e burguesa a partir da construção de um espaço público em que a classe trabalhadora está ausente. Esse processo pode ser verificado com facilidade nos nomes dados às ruas, avenidas e praças da capital.

Entre o final do século XIX e começo do século XX, Porto Alegre passou por três grandes períodos de mudanças no nome de suas ruas: durante a Guerra do Paraguai; no contexto da Proclamação da República; nos desdobramentos da Revolução de 1930. A partir de 1865, os nomes prosaicos e populares, pelos quais os antigos logradouros da região central de Porto Alegre eram conhecidos, foram substituídos por nomes que evocavam a nacionalidade, a família imperial ou eventos e pessoas vinculadas à Guerra do Paraguai. As renomeações se iniciaram já em 1865, quando duas das vias mais importante da cidade, a Rua da Praia e a Rua Nova da Praia, tiveram seus nomes substituídos por iniciativa do Presidente da Província, para toponímias vinculadas ao

processo de independência, respectivamente Rua dos Andradas e Rua Sete de Setembro (FRANCO, 1988, p.386-387).

Nos anos seguintes, uma série de referências que faziam alusão a tipos populares ou à vida cotidiana foram substituídos por nomes de batalhas (Beco do Firme, Beco do Leite e Rua da Ponte por Rua Avaí, Travessa Angostura e Rua Riachuelo), por datas de acontecimentos vinculados à Guerra (Rua do Rosário e Beco do Juca da Olaria por Rua 24 de Maio e Travessa 1º de Março) e nomes de militares envolvidos com o conflito no Prata (Rua da Igreja, Rua do Jogo da Bola e Rua Clara por Rua Duque de Caxias, Rua Gen. Bento Martins e Rua Gen. João Manoel). É preciso lembrar que o país vivia um momento de guerra externa e que a contestação à monarquia cresceria a partir dali. Ao batizar as ruas da capital com nomes que recordavam feitos militares e vitórias do Império, o regime e a elite a ele vinculada procurava legitimar a materialidade do seu poder, descartando registros que evocavam a vida simples e anônima dos moradores da cidade.

Por ocasião da Proclamação da República, em 1889, vários nomes de logradouros vinculados à monarquia foram alterados para termos ou personagens vinculados ao novo regime. Conforme o historiador Riopardense de Macedo, a população teria ido às ruas na noite de 15 de novembro para arrancar as placas das ruas, substituindo-as por outras escritas à mão, com referências republicanas. A Câmara Municipal, em 11 de dezembro, foi justamente ratificar essas mudanças, substituindo a Praça Pedro II para Marechal Deodoro, a Praça Conde D'Eu para 15 de Novembro, a Rua do Imperador para da República, a Rua da Imperatriz para Venâncio Aires, a Rua D. Isabel para Demétrio Ribeiro e a Rua Imperial para Benjamin Constant (PACHECO, 2001, p.43).

No advento da República, é importante constatar que as mudanças atingiram também as regiões suburbanas, onde começavam a se organizar os primeiros bairros operários. As Ruas do Imperador e da Imperatriz ficavam na Cidade Baixa e a Rua Imperial ficava no Arrabalde de São João. Na região da Floresta, também existiam a Rua D. Affonso e a Rua da Princesa, cujos nomes foram substituídos por Rua Ramiro Barcelos e Rua 7 de Abril, essa última lembrando a abdicação de D. Pedro I. Como no caso anteriormente visto, essas demarcações também eram pensadas para legitimar os valores do novo regime e suas lideranças políticas, vinculadas com as oligarquias regionais.

No contexto da Revolução de 1930, novas modificações foram realizadas. No dia 3 de outubro, logo depois da vitória das forças da Aliança Liberal em Porto Alegre, foi realizado um grande ato público em que a Avenida Redenção foi renomeada como Avenida João Pessoa, o que mostra a importância desse simbolismo (SCHMIDT, 2004, p.392). Nos anos seguintes a Avenida Bonfim mudaria para Osvaldo Aranha, a Avenida 13 de Maio para Getúlio Vargas, a Rua das Flores para Avenida Siqueira Campos, a Rua Moinhos de Vento para Avenida 24 de Outubro e a Avenida Independência para Flores da Cunha (revertida posteriormente com a queda do Governador).

Também chama atenção a renomeação da Avenida São Rafael para Alberto Bins e a Avenida São José para Frederico Mentz. Os dois nomes são de grandes figuras da burguesia porto-alegrense. Alberto Bins havia sido a principal liderança fabril da cidade e foi responsável pela oposição ferrenha às reivindicações operárias durante a Greve de 1906 (SCHMIDT, 2005, p.49-55), além de ter ocupado o posto de Intendente Municipal. Frederico Mentz foi um industrial com empreendimentos em diversos setores e seu nome batizou uma rua situada no Arrabalde

dos Navegantes, entre as tecelagens Renner e Rio Guahyba (MATTAR, 2010, p.77-99). Assim como os grandes proprietários de terra, as altas patentes militares e os líderes dos partidos tradicionais, a burguesia industrial também registrava seu nome nos mapas de Porto Alegre.

O maior processo de mudança de nomenclatura, no entanto, ocorreu somente no ano de 1936, através das Leis Ordinárias Municipais n.1, n.2 e n.3, que promoveram uma sistematização geral da denominação dos logradouros. A norma buscava resolver problemas advindos do crescimento acelerado da cidade e do surgimento de locais com nomes duplicados ou triplicados. Além disso, existia um objetivo político explícito em suas justificativas: “Considerando também a existência de muitas ruas com denominações inexpressivas, enquanto constata-se a ausência de homenagens a inúmeros vultos não só da nacionalidade, como da epopeia farroupilha, estes sugeridos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado” (Lei n.2. Porto Alegre, 6/6/1936, p.1).

Nas substituições dos nomes, completou-se um longo percurso em que alcunhas consagradas pelo uso tradicional e identificados com as práticas cotidianas (especialmente de trabalhadores e grupos populares) foram soterradas por denominações oficiais. Essas mudanças não foram aleatórias em suas escolhas, tampouco o foram em suas ausências. Logradouros batizados com nomes de lideranças ou militantes do movimento operário, principalmente de homens e mulheres que atuaram no período formativo do sindicalismo (entre o final do século XIX e início do século XX), continuam a ser raros em Porto Alegre e mostram como a classe trabalhadora organizada (assim como seus símbolos) permanecem ausentes no espaço urbano.

Porém, temos exceções. Um dos primeiros líderes operários lembrados como nome de logradouro foi Francisco Xavier da Costa, que deu

nome à Rua Conselheiro Xavier da Costa, no Arrabalde da Tristeza, como parte das mudanças promovidas em 1936 (Lei n.2. Porto Alegre, 6/6/1936, p.3). O fato a ser destacado é que a homenagem se vincula ao cargo de representante municipal, não de líder sindical. Em 1939, a Rua Dona Flora, entre a Glória e o Partenon, foi renomeada como Rua 1º de Maio, considerando que a data era “dedicada universalmente à comemoração do trabalho” (Decreto n.79, Porto Alegre, 28/8/1939, p.1), referência que evoca mais o espírito de conciliação do que de construção autônoma da classe trabalhadora.

Mais recentemente, nomes de lideranças do movimento operário porto-alegrense passaram a ser lembradas com mais frequência: em 1998, foi inaugurada a Rua Frederico Kniestedt no Bairro Rubem Berta (Lei n.7794. Porto Alegre, 10/6/1996, p.1); em 2007, foi criada a Rua Vereador Eloy Martins, no Bairro Farrapos, recordando a memória do líder metalúrgico e dirigente comunista (Lei n.10.251. Porto Alegre, 10/9/2007, p.1); e no ano seguinte, surgiu a Praça Julieta Battistioli, no Bairro da Hípica, rememorando a liderança das operárias têxteis e primeira vereadora comunista da cidade (Lei n.10.346. Porto Alegre, 7/1/2008, p.1). De qualquer forma, seguem sendo exemplos isolados, enquanto nomes da elite social e econômica continuam a dominar as placas das grandes avenidas. Como exemplo derradeiro desse descompasso podemos citar o caso da Rua Frederico Kniestedt, que está inserida em um bairro que empresta seu nome de Rubem Martins Berta, justamente uma das figuras mais proeminentes da burguesia gaúcha durante o século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, abordei algumas facetas do processo de esquecimento da história da classe trabalhadora e mais especificamente de suas lutas coletivas, tendo como local de verificação desse fenômeno a cidade de Porto Alegre. Contribuíram para isso uma série de fatores vinculados à remoção das comunidades operárias de diversas regiões da cidade, aos problemas internos das organizações e à repressão contra as instituições que poderiam guardar a memória operária, como também a concepção de uma cidade em que as referências populares são apagadas para dar lugar à consagração de figuras da elite política e econômica. Esse conjunto de fatores é indissociável da dinâmica da luta de classes e da dominação burguesa, que faz com que a classe trabalhadora e suas expressões políticas não possam ter espaço na história, na memória e em todas as construções da coletividade.

É preciso retomar a importância histórica dos espaços de sociabilidade e organização da classe trabalhadora, dando visibilidade aos processos de conformação de solidariedade, lutando contra o apagamento de sua memória. A omissão da história dos trabalhadores já se estende por tempo demais. Na intenção de reverter esse quadro, a análise da conjuntura que fez com que a presença da classe trabalhadora fosse apagada no espaço da cidade talvez possa contribuir para o resgate sua importância no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

BARTZ, Frederico Duarte. História da Classe Trabalhadora, Memória e Patrimônio: algumas considerações sobre a situação de Porto Alegre. In: MARCHI, D. M., KNACK, E. R. J. e POLONI, R. J. S. (Org.). **Memória e Patrimônio: tramas do contemporâneo**. Porto Alegre: Casalettras, 2019.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidade e Solidariedades no movimento operário: Porto Alegre, 1906-1911**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1999.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ESTSLB; Caxias do Sul: UCS, 1976.

GERTZ, Rene Ernani. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista** (tradução e notas de René Gertz). Porto Alegre: EST, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

MARÇAL, João Batista. **Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense**. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.

MATTAR, Leila Nesralla. **A Modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais na área do 4º Distrito**. Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 2010 (Tese de Doutorado).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, São Paulo, PUC-SP, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas. Representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Que a união operária seja nossa pátria. História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações.** Porto Alegre/Santa Maria: Editora da UFRGS/Editora da UFSM, 2001.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: **O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.
- RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros. Volume 1.** Rio de Janeiro: VJR Editores, 1994.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. **De Mármore e de Flores. A primeira greve geral do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas.** Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na Metrópole Paulista. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v.17, n.1, 2013.
- SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença do negro no espaço urbano.** Porto Alegre: PPG em Geografia da UFRGS, 2017 (Dissertação de Mestrado).